

A força econômica da doença

Parcela significativa do boom econômico norte-americano é gerada pela doença. E o que propaga e pereniza a doença é o empenho meticuloso em difundir em larga escala o vício

Por

Ricardo Abramovay

Valor, 12/03/2025

A rápida recuperação econômica dos Estados Unidos no pós-pandemia consagrou o lugar comum do “excepcionalismo norte-americano”, que Tej Parikh procura desmistificar, numa recente coluna no “Financial Times”. É verdade, escreve ele, que, a partir de 2022, o mercado de ações bombou e que as inovações tecnológicas ligadas ao avanço da inteligência artificial deram notável impulso ao setor privado. Mas isso não pode escamotear o fato de que 20% do PIB norte-americano vem de gastos com saúde, muito mais (mesmo em termos per capita) que em outros países da OCDE. Cerca de 40% dos novos empregos privados criados desde 2023 estão em healthcare.

Na verdade, é mais apropriado falar em gastos com doença e não com saúde: nos EUA, morrem mais jovens e as doenças evitáveis ou passíveis de tratamento matam mais do que em outros países ricos.

Dos dez setores industriais norte-americanos com maior faturamento, em 2020, os três primeiros estão ligados a tratamentos médicos, seguros médicos, remédios e hospitais (shorturl.at/fhp2G). A conclusão de Tej Parikh é peremptória: parcela significativa do boom econômico norte-americano é gerado pela doença. E o que propaga e pereniza a doença é o empenho meticuloso em difundir em larga escala o vício.

Cuidadosamente formulado, planejado e propagado, o vício é um vetor decisivo, talvez o mais importante, das doenças que marcam parcela significativa do crescimento econômico contemporâneo e não só nos EUA. Que se trate dos opioides, do tabaco, dos alimentos ultraprocessados, das famigeradas bets ou dos dispositivos digitais em que nossa interação social está compulsivamente mergulhada, conquistar a adesão das pessoas por meio de fatores sobre os quais elas não exercem qualquer controle se tornou um componente decisivo do próprio crescimento econômico contemporâneo.

O pior é que esta perda de autonomia, esta interferência corporativa organizada na decisão pessoal é apresentada e cada vez mais socialmente legitimada como seu contrário, ou seja, como expressão de liberdade de escolha. Tudo se passa como se a vontade de cada um de nós tivesse força suficiente para se contrapor ao trabalho de

milhares de profissionais especializados em moldar e determinar as preferências humanas. Esta ingerência não seria tão grave se ela não tivesse consequências tão sérias sobre a saúde pública e, quando se trata dos dispositivos digitais, sobre a saúde da própria democracia. Hoje há uma farta documentação e um conjunto robusto de decisões jurídicas baseadas na evidência de que a indústria do tabaco, por exemplo, sempre soube que seu produto era não apenas tóxico, mas, sobretudo viciante e daí derivava, claro, seu benefício econômico. Mas tanto em sua publicidade, como nos tribunais, os dados vinculando o cigarro a graves enfermidades eram sistematicamente negados por cientistas contratados para chegar aos resultados convenientes à indústria. É verdade que campanhas (das quais o Brasil está entre os pioneiros) antitabagistas vêm provocando a diminuição da quantidade de fumantes em várias partes do mundo. Mas, como mostra um relatório recente da Organização Mundial da Saúde (shorturl.at/oXz4g), a pressão da indústria sobre diferentes governos (na tentativa de atenuar as restrições pelo atrativo da arrecadação fiscal) segue firme.

Um dos mais emblemáticos sinais da relevância do vício planejado como base do bom desempenho corporativo é apresentado nas fascinantes Royal Institutions Christmas Lectures pelo médico Chris van Tulleken. Para se ter uma ideia de sua importância, trata-se de um evento criado por ninguém menos que Michael Faraday, em 1825, e que recebe anualmente, desde então, cientistas de grande prestígio e reconhecimento internacionais. Chris van Tulleken montou um evento espetacular para o qual convidou profissionais que trabalharam na indústria de ultraprocessados e que revelam as técnicas pelas quais estes, que mal podem ser chamados de alimentos, tornam-se irresistíveis e, sobretudo viciantes.

E tanto nestas conferências (shorturl.at/dF2EW), como em seu livro lançado há alguns meses pela Editora Elefante (“Gente Ultraprocessada”), ele mostra que alguns dos gigantes corporativos do tabaco se tornaram grandes acionistas e atores decisivos na indústria de ultraprocessados. No tabaco e nos ultraprocessados, quando confrontados com os prejuízos à saúde pública trazidos pelo consumo de seus produtos, a indústria responde cultivando o mito de que quem decide é o indivíduo e que interferir em sua liberdade de escolha abre caminho ao autoritarismo.

A responsabilidade da indústria farmacêutica na crise dos opioides, que já matou mais de 500 mil pessoas nos EUA, é exposta nos 1,3 milhão de documentos dos “Opioid Industry Documents Archive”, que demonstram todo um mecanismo de cooptação de médicos para receitarem uma droga cuja natureza viciante e perigosa era conhecida,

mas não divulgada. Aí também, o minucioso trabalho junto aos médicos é escamoteado e o vício aparece como produto de fraqueza individual. Qualquer adulto com filhos sabe o que são vícios digitais e é impossível não reconhecer nossa quase completa impotência para combatê-los. A inteligência artificial e a computação quântica aumentam fantasticamente o poder daquilo que B. J. Fogg, da Universidade de Berkeley, chama de captologia (em “Persuasive Technology: Using Computers to Change What We Think and Do”, Stanford University Press), a ciência que estuda a capacidade dos dispositivos digitais em magnetizar a atenção dos indivíduos, sobretudo pelo espetacular, pelo grotesco, pela vulgaridade, muito mais que pelo afeto e pela inteligência.

O vício como força propulsora de parte tão expressiva do crescimento contemporâneo não é incluído nas atuais negociações globais em torno do clima, da biodiversidade ou da desertificação e não está incluído na pauta do G20. Mas se os segmentos pensantes do mundo corporativo não conseguirem, junto com a sociedade civil e os governos democráticos, pautar esta discussão, a distância entre o que estamos vivendo e os valores fundamentais do desenvolvimento sustentável só vai aumentar.

Ricardo Abramovay é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados e do Instituto de Energia e Ambiente da USP, pesquisador da Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP e autor de Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Ed. Elefante, 2022).